



**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE PARCERIAS E CONCESSÕES**

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: - www.turismo.gov.br

Ata de Reunião

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025**

**COMITÊ INTERMINISTERIAL DE GESTÃO TURÍSTICA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL**

**Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco**, às 15 horas, realizou-se, em formato online, a 3ª Reunião Ordinária do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial. Após a verificação de quórum, a Senhora Viviane de Faria, Diretora do Departamento de Investimentos, Crédito, Parcerias e Concessões no Turismo (DEINV), no exercício da função de Coordenadora do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial e representante oficial do Ministério do Turismo (MTUR), declarou aberta a reunião. Estiveram presentes os seguintes membros do colegiado: Yure Sousa Lobo da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), Natalete Oliveira da Silva do Ministério da Cultura (MINC), Leonardo Rizzo de Mello Souza do Ministério das Cidades (MCID), Raul de Oliveria Fontoura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Andrey Rosenthal Schlee do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Juliana Izete Muniz Bezerra do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e como convidados, os Senhores Mário Augusto Ribas Nascimento presidente da Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM), Danilo Bandeira Subchefe da Divisão de Assuntos Multilaterais Culturais - Instituto Guimarães Rosa no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Diogo Carvalho Project Officer da UNESCO e a Senhora Claudia Feierabende Baeta Leal Diretora do Centro Lucio Costa (CLC). **1.) Abertura e boas-vindas.** A Senhora Viviane de Faria proferiu fala de abertura e deu as boas-vindas aos membros, convidados e aos demais presentes. Na sequência, ela procedeu com a leitura da ordem do dia, passando então a palavra ao Senhor Andrey Rosenthal Schlee, representante do IPHAN. **2.) Apresentação do IPHAN:** Andrey iniciou a apresentação agradecendo a oportunidade de compartilhar iniciativas da instituição, ressaltando a importância da presença de diferentes colegas do Instituto e a participação de parceiros estratégicos, como a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM). O representante do IPHAN informou que o **Programa Conviver** foi instituído pela Diretoria Colegiada do Instituto, sob a presidência do Senhor Leandro Grass, a partir de uma ação inicialmente desenvolvida pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, denominada **“Canteiro Modelo”**. Explicou que a proposta evoluiu no sentido de ampliar o conceito de “canteiro”, de forma a incorporar outras ações possíveis no âmbito das atividades do IPHAN. Assim, consolidou-se o **Programa Conviver**, que hoje atua prioritariamente em parceria com os municípios. Destacou, ainda, que o programa tem potencial para dialogar e se articular com diversas outras iniciativas institucionais do IPHAN, envolvendo áreas como a arqueologia, o patrimônio imaterial e a educação patrimonial, o que o configura como uma prática inovadora e transversal de gestão e

preservação do patrimônio cultural. Explicou que o **Programa Conviver** nasceu como uma estratégia voltada para atuar em áreas de hipossuficiência, ou seja, em conjuntos urbanos tombados pelo Instituto onde grande parte da população não dispõe de condições financeiras para arcar com os custos da preservação dos imóveis que possuem. Ressaltou que essa realidade é bastante comum em cidades como Salvador e São Luís, onde se observam sérias dificuldades de conservação, com famílias vivendo precariamente em bens tombados, muitas vezes em situações de risco. Citou ainda exemplos relacionados a desastres climáticos, como a Casa de Chico Mendes, em Xapuri (AC), que sofre inundações anuais, e Ouro Preto (MG), que enfrenta deslizamentos de terra quase todos os anos. Destacou que esse cenário levou o IPHAN a elaborar uma estratégia de reposicionamento institucional diante da precariedade dos conjuntos urbanos, com o objetivo de democratizar a aplicação do orçamento próprio e qualificar as ações de preservação. Nesse contexto, o **Programa Conviver** fundamenta-se em três instrumentos legais: o artigo 19 do Decreto-Lei nº 25/1937, que autoriza o IPHAN a realizar obras em bens tombados cujos proprietários estejam em situação de hipossuficiência, dando origem aos chamados “canteiros”, que integram ações de formação, capacitação e educação patrimonial; a Lei nº 11.888/2008, que assegura assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social, aplicável também ao patrimônio cultural; e a legislação, que tornou obrigatória a extensão universitária nos cursos de graduação, em especial Arquitetura e Urbanismo, aproximando universidades das comunidades. Ressaltou, por fim, que a triangulação entre universidades, assistência técnica e atuação do IPHAN em situações de hipossuficiência constitui a base do Programa Conviver, cujo propósito é integrar preservação, inclusão social e qualificação das políticas públicas de patrimônio. Explicou que, por meio de **Termos de Execução Descentralizada (TEDs)**, o IPHAN repassa recursos às universidades, que então se deslocam para os territórios com seus professores e alunos e, a partir de um diagnóstico local, desenvolvem atividades junto às comunidades. Esse modelo de atuação é denominado **Canteiro Modelo** e envolve desde oficinas de capacitação de mão de obra até a execução de obras de recuperação de bens culturais. Como exemplo, citou o município de Igatu, no interior da Bahia, onde o trabalho vem sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nesse local, já foram aprovados pelo IPHAN 23 projetos de melhoria habitacional, todos em execução, além de diversas oficinas comunitárias, como de astronomia, elétrica, telhado, trilha e horta comunitária. Informou que esse canteiro já se encontra em seu terceiro ano de funcionamento e destacou que atualmente existem 12 canteiros instalados e em operação no Brasil, sempre baseados na mesma lógica: uma comunidade com patrimônio, uma universidade comprometida com atividades de extensão e o IPHAN como financiador das bolsas, oficinas, atividades e até mesmo das obras executadas in loco. Exemplificou o caso do Pelourinho, em Salvador, lembrando que se trata de um patrimônio mundial e um dos monumentos mais importantes para o turismo nacional, mas que, ao mesmo tempo, abriga situações de extrema pobreza. Mencionou a existência da chamada 7ª etapa, hoje em grande parte abandonada, com diversos casarões em estado de deterioração, e destacou que a proposta do IPHAN para enfrentar esse cenário foi a instalação de um Canteiro Modelo naquela localidade. A iniciativa busca organizar a comunidade, garantir condições de habitação e, sobretudo, reduzir os efeitos de outro processo recorrente nesses territórios: a gentrificação. **Ao final da apresentação, a Senhora Viviane de Faria agradeceu a contribuição e parabenizou a iniciativa do IPHAN**, ressaltando a importância do Programa Conviver. Em seguida, fez dois questionamentos. O primeiro referiu-se à possibilidade de serem considerados critérios que permitam priorizar municípios com sítios do Patrimônio Mundial para futuras intervenções, observando que esse olhar deva se estender a todas as Pastas representadas neste Comitê, de modo que cada órgão pudesse alinhar suas ações em favor desses territórios. O segundo

questionamento tratou da **origem e da capacidade orçamentária** do programa, indagando se os recursos utilizados decorrem da programação regular do IPHAN e qual é a efetiva capacidade de atendimento da iniciativa frente às demandas existentes. O Senhor **Andrey** informou que há interesse do IPHAN em ampliar o Programa Conviver, destacando que, embora o ponto de partida seja dado pelo Instituto, a continuidade do trabalho se consolida pela parceria entre comunidade e universidade, que passam a desenvolver as ações de forma autônoma e sustentável. Explicou que o valor inicial destinado a cada Canteiro Modelo é de aproximadamente R\$ 500 mil, recurso lançado pelo próprio IPHAN, e que atualmente estão sendo aguardadas respostas do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, considerado altamente compatível com a vocação do programa, o que poderá ampliar significativamente sua capacidade de atuação. Como exemplo, citou o Canteiro Modelo de Brasília, que começou com R\$ 500 mil e, graças a emendas parlamentares, alcançou R\$ 5 milhões, possibilitando mais projetos, maior número de alunos bolsistas, maior envolvimento de professores e resultados mais robustos para o patrimônio. Ressaltou que, embora o orçamento próprio do IPHAN esteja no limite, do ponto de vista de política pública o programa tem potencial quase ilimitado de expansão, na medida em que pode se articular com outras iniciativas governamentais. Nesse sentido, destacou a convergência com os programas do Ministério das Cidades voltados às periferias, lembrando que muitas vezes essas periferias estão situadas nos próprios centros históricos, como em São Luís do Maranhão e Belém do Pará, onde populações vivem em condições precárias em áreas tombadas. Concluiu afirmando que essa integração permite trabalhar de forma transversal, associando diferentes políticas públicas à preservação e à melhoria da qualidade de vida nos territórios históricos.

**Senhora Viviane abriu espaço para comentários dos membros. Comentários dos membros:** O Senhor Raul, do ICMBIO, mencionou uma premiação internacional que promove projetos na área de educação e patrimônio mundial, sugerindo que vale a pena conferir a página de divulgação para conhecer melhor as iniciativas contempladas. Relatou ainda que assistiram à apresentação de um projeto em Baku, no Azerbaijão, que apresenta pontos em comum com o conceito dos Canteiros Modelo. O Senhor **Mário Augusto Ribas Nascimento**, Presidente da OCBPM, parabenizou a apresentação do IPHAN e ressaltou a importância do programa como forma de descentralizar o conhecimento técnico e envolver comunidades e universidades na preservação do patrimônio. Destacou que a iniciativa contribui para suprir a carência de mão de obra especializada no país e solicitou que as ações priorizem as cidades brasileiras Patrimônio Mundial. Pediu também o envio da apresentação para compartilhamento com os municípios associados e questionou sobre a possibilidade de inclusão de novos municípios no programa.

**O Senhor Andrey Rosenthal Schlee** informou que a ideia é expandir o Programa Conviver, destacando que já existem experiências em Goiás, dois canteiros em Salvador e São Miguel das Missões, e que há intenção de iniciar também em Belém, Olinda e São Luís do Maranhão, o que representaria atuação em seis sítios do Patrimônio Mundial. Ressaltou que a ampliação depende do orçamento do próximo ano, mas que a proposta tem sido constantemente apresentada em conversas com parlamentares, dada sua grande visibilidade e forte envolvimento comunitário, o que favorece a destinação de recursos por meio de emendas também.

**Em seguida, a Senhora Viviane de Faria** passou a palavra à Senhora Cláudia Feierabende Baeta Leal, Diretora do Centro Lúcio Costa (CLC).

**3.) Apresentação do Centro Lúcio Costa (CLC):** A Sra Cláudia agradeceu o convite e iniciou sua apresentação destacando as atribuições do Centro, que se estruturam em torno de dois programas principais: o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural e o Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio Mundial. Explicou que o mestrado oferece vagas para pesquisadores e gestores públicos, com projetos definidos a partir de demandas práticas da área de preservação, sendo o tema do patrimônio mundial e do turismo frequentemente

abordado nas pesquisas, cujos resultados estão disponíveis na página do CLC. Sobre o Centro Regional de Formação, ressaltou que se trata de uma iniciativa de cooperação Sul-Sul, concebida no contexto da segunda gestão do presidente Lula, em 2010, junto à UNESCO, com foco em três regiões: América Latina, África e Ásia. Entre os resultados alcançados, destacou a renovação dos quadros de gestores locais, o engajamento das comunidades na preservação do patrimônio, a valorização dos saberes de povos tradicionais e indígenas, a incorporação da gestão de risco de desastres e das mudanças climáticas, e a ênfase na diversidade cultural e ambiental da região. Enfatizou ainda a relação entre patrimônio, participação social, cidadania, combate à pobreza, gestão turística e desenvolvimento sustentável, não apenas dos sítios em si, mas também dos grupos sociais diretamente vinculados a eles. Acrescentou que esses temas se traduzem em diferentes formas de atuação do Centro Lúcio Costa, seja por meio da capacitação de gestores, da tradução de documentos de referência ou do desenvolvimento de pesquisas cooperativas entre os países participantes. Ressaltou que a importância do Patrimônio Mundial não pode ser compreendida apenas em seu aspecto declaratório, mas deve ser assumida como um compromisso concreto de proteção, preservação e gestão dos sítios inscritos. Enfatizou ainda a necessidade de mobilização social em todas as etapas do processo: desde a preparação e apresentação das candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial, passando pela elaboração dos planos de gestão e pela pactuação do compromisso de inscrição, até a interpretação, apresentação e promoção desses sítios, bem como a própria conformação de seus comitês gestores, formalizados ou não. **A Senhora Cláudia Leal** passou a palavra à Senhora **Laís Helena Custódio**, que deu continuidade à reunião com a apresentação sobre os Centros de Interpretação. Explicou que, embora não seja um tema novo, foi trazido à pauta como uma boa prática a ser difundida em outros municípios, articulando educação patrimonial, valorização turística e fortalecimento dos bens imateriais vinculados aos sítios. Informou que há um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a OCBPM e o IPHAN para implantação dos centros e da sinalização turística, e destacou a importância de o IPHAN absorver essas experiências como modelo a ser replicado em outros sítios e centros históricos. Sublinhou que, ao mesmo tempo em que promove a preservação, a existência desses centros configura também uma estratégia socioeconômica local. Nesse sentido, defendeu que a institucionalização desses espaços poderia ser consolidada por meio de uma Portaria Interministerial entre o IPHAN e o MTur, no âmbito do próprio Comitê, que estabeleça diretrizes para a gestão dos Centros de Interpretação. Essa portaria, segundo observou, permitiria que a gestão fosse compartilhada e participativa, assegurando que as prefeituras assumam responsabilidades diretas pela manutenção e funcionamento dos centros, ao mesmo tempo em que sejam criados canais permanentes de articulação com a sociedade civil, possibilitando sua inserção ativa nas atividades promovidas, em especial nas ações de educação patrimonial. Por fim, ressaltou que a criação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, ligado ao Sistema Nacional de Cultura, reforça a demanda crescente dos municípios por apoio técnico e estratégias de captação de recursos. Nesse sentido, afirmou que as discussões no Comitê podem se transformar em política pública de alcance nacional, garantindo a perenidade das ações de interpretação do patrimônio cultural, independentemente das mudanças de gestão local. **A Senhora Cláudia Leal** complementou abordando a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial de 2023, ressaltando que a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial permite uma releitura da Convenção de 1972, evidenciando a importância da territorialidade e dos grupos sociais envolvidos, bem como das relações entre a salvaguarda do patrimônio imaterial e o turismo. Destacou que os bens inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade muitas vezes estão diretamente relacionados a sítios com forte apelo turístico ou mesmo a bens já reconhecidos como Patrimônio Mundial. Nesse sentido, enfatizou que as políticas de

salvaguarda do patrimônio cultural imaterial dialogam com o turismo de base comunitária, configurando perspectivas convergentes que buscam, ao mesmo tempo, garantir a preservação desses bens e promover formas de gestão compartilhada, com protagonismo das comunidades locais. Reforçou que essa abordagem possibilita articular a salvaguarda do patrimônio com a valorização do turismo comunitário nesses espaços, sempre a partir de uma perspectiva participativa e colaborativa. **A Senhora Viviane de Faria** agradeceu a apresentação, considerada muito esclarecedora. Registrou a importância da relação simbiótica entre turismo e cultura, relacionando esses temas a iniciativas em curso no segmento do turismo cultural e do turismo de base comunitária, como o projeto Experiências do Brasil Original, que contempla o turismo étnico e o afroturismo, e o projeto Revive Brasil, demonstrando a necessidade de um trabalho cada vez mais integrado entre os órgãos. Em seguida, questionou como os gestores de sítios poderiam participar das formações oferecidas pelo Centro e se a participação estaria restrita a servidores efetivos. **A Senhora Cláudia Leal** respondeu que o Mestrado Profissional é ofertado por meio de três editais: um de ampla concorrência, outro exclusivo para servidores do IPHAN e um terceiro voltado a servidores de instituições públicas federais, estaduais, municipais e distritais. Informou que esses editais são lançados anualmente. Acrescentou que, no âmbito do Centro Regional de Formação, está em preparação uma turma para um curso de gestão de riscos, a ser realizado em parceria com o Chile. Ressaltou que a maior parte das formações ocorre em formato on-line, sendo os participantes indicados pelo IPHAN ou por outros órgãos federais, com prioridade para os gestores locais, a fim de fortalecer as bases da preservação do patrimônio cultural. **A Senhora Viviane de Faria** sugeriu a apresentação de modelos de Centros de Interpretação já construídos ou em construção, de modo a compartilhar referências sobre o modelo definido pelo IPHAN para esses espaços. Em seguida, propôs que o Senhor Mário Augusto Ribas Nascimento pudesse apresentar as demandas discutidas na 6ª Assembleia Geral Ordinária da OCBPM, realizada no MTur, relacionadas aos comitês gestores e aos Centros de Interpretação dos sítios, especialmente no que se refere ao escopo previsto no acordo, à elaboração de projetos e à continuidade das ações já contempladas com recursos para construção. Na sequência, passou a palavra à Senhora Laís Helena Custódio. **A Senhora Laís** agradeceu a palavra e destacou que os Centros de Interpretação surgiram no âmbito do IPHAN em articulação com a OCBPM, lembrando a missão de benchmarking realizada em Portugal, em 2019, da qual participaram também representantes do BNDES, ocasião em que foram observadas boas práticas internacionais. Explicou que, após mudanças de gestão, parte das construções foi retomada por meio do Acordo de Cooperação Técnica com a OCBPM. Informou que o Departamento de Articulação e Fomento (DAF) propôs a criação de um Grupo de Trabalho interno, para absorver os resultados das consultorias e consolidar institucionalmente os aspectos relacionados à gestão compartilhada, à valorização dos bens materiais e à articulação com o patrimônio imaterial. Mencionou como exemplo o Centro de Interpretação de São Miguel das Missões, que já integra referências do patrimônio imaterial, como a tradição da “tava”, reconhecida também no âmbito do Mercosul. Defendeu que a discussão no Comitê deve avançar para a construção de uma perspectiva mais ampla, que una IPHAN, OCBPM e MTur, de forma a replicar os Centros de Interpretação como política pública estruturada, com diretrizes comuns que respeitem as especificidades territoriais, mas assegurem objetivos compartilhados. Por fim, ressaltou que esses centros devem articular educação patrimonial, valorização turística e desenvolvimento local, e que a consolidação do modelo depende de maior alinhamento interinstitucional e da continuidade dos esforços de captação de recursos conduzidos pela OCBPM. **A Senhora Cláudia Leal** acrescentou informações sobre as redes internacionais em que o Centro Lúcio Costa atua, destacando a parceria com o Centro Internacional de Interpretação e Apresentação de Sítios do Patrimônio Mundial (WHIPIC), da Coreia do

Sul, classificado como centro de categoria 2 da UNESCO. Explicou que se trata de uma instituição de pesquisa com ampla equipe e forte atuação em educação patrimonial inovadora, mobilização social e valorização de diferentes perspectivas de interpretação do patrimônio. Relatou que, no ano anterior, representantes do WHIPIC estiveram no Brasil e realizaram uma oficina no Sítio Roberto Burle Marx, mobilizando comunidades locais, escolas, restaurantes, pescadores, jardineiros e proprietários da região. O trabalho resultou em um filme de animação, que reforçou o engajamento comunitário. Enfatizou que esse contato internacional representa uma oportunidade relevante tanto para o IPHAN quanto para a OCBPM, dado o interesse demonstrado pelo centro coreano em desenvolver ações no Brasil. Concluiu informando que a gestora do Sítio Roberto Burle Marx, Cláudia Storino, poderá relatar a experiência em detalhe, e compartilhou o link do vídeo produzido. **O Senhor Mário Augusto Ribas Nascimento** elogiou as apresentações das Senhoras Cláudia e Laís, destacando o alinhamento entre a OCBPM, o IPHAN e os consultores responsáveis pelo desenvolvimento dos Centros de Interpretação, em especial o arquiteto Antônio Ponte, que já acompanha o tema desde a missão técnica realizada em Portugal. Ressaltou a importância do trabalho integrado e da gestão compartilhada para o fortalecimento da política nacional de patrimônio, enfatizando que os Centros de Interpretação podem servir como exemplo para outras cidades brasileiras que futuramente venham a implementar experiências semelhantes. **O Senhor Raul de Oliveira Fontoura** agradeceu as apresentações de Cláudia e Laís e destacou que os temas levantados são fundamentais e devem compor a pauta de trabalho do Comitê, tanto em suas ações internas quanto na articulação com outros atores. Ressaltou a importância da interpretação do patrimônio para o turismo sustentável, lembrando que o Patrimônio Mundial exige, além da proteção, a comunicação adequada do seu Valor Universal Excepcional. Sugeriu que o Comitê explore de que forma a interpretação pode contribuir para a promoção internacional dos sítios, articulando narrativas que vão além do impacto visual e emocional. Enalteceu o trabalho do Centro Lúcio Costa, informando que ICMBio e IPHAN caminham para formalizar um acordo de cooperação, explorando a interface entre valores naturais e culturais do patrimônio, alinhado às discussões do Comitê do Patrimônio Mundial. Propôs também que o Comitê avalie a tradução para o português de publicações do Programa de Turismo Sustentável do Patrimônio Mundial, que tratam de gestão turística e de temas emergentes, como a relação entre turismo e mudanças climáticas. Em relação aos comitês gestores, informou que ICMBio e IPHAN estão finalizando a portaria que instituirá o comitê do sítio Paraty e Ilha Grande, primeiro sítio misto brasileiro, marcado por forte pressão turística e imobiliária. Ressaltou que a criação desse comitê responde a uma demanda da sociedade civil e de atores locais como instrumento de proteção. Por fim, destacou a importância do engajamento das comunidades locais na interpretação dos sítios, incorporando diferentes olhares sobre o patrimônio e reforçando o papel do turismo de base comunitária como referência para a gestão turística dos sítios do Patrimônio Mundial. **A Senhora Viviane de Faria** agradeceu a intervenção, ressaltando a relevância das contribuições apresentadas, que ficaram devidamente registradas, e afirmou que o prosseguimento dos trabalhos contará com esse apoio. Em seguida, passou a palavra à Senhora Jeanne Crespo. **A Senhora Jeanne Cristina Menezes Crespo** registrou que esteve presente na reunião do Fórum da Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial, realizada no dia anterior, e aproveitou para se apresentar em sua nova função como assessora técnica de participação social do IPHAN, criada recentemente no âmbito de uma reestruturação institucional. Informou que uma das atribuições dessa assessoria é apoiar os departamentos e superintendências na articulação e implantação dos comitês gestores dos sítios do Patrimônio Mundial, tema também levantado pelo presidente do IPHAN, Leandro Grass, durante a reunião do Fórum. Ressaltou a importância do debate sobre a institucionalização e sustentabilidade dos comitês, que dependem fortemente da

mobilização social e da articulação entre municípios e superintendências. Destacou que os comitês apresentam complexidades diferenciadas, variando de acordo com as especificidades de cada sítio e com seus valores universais excepcionais, sendo muito distintas, por exemplo, as realidades do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, e do sítio misto de Paraty e Ilha Grande. Informou que o IPHAN está discutindo a criação de uma metodologia institucional para apoiar a implantação dos comitês, incluindo a elaboração de uma cartilha passo a passo para orientar esse processo. Acrescentou que atualmente estão institucionalizados os comitês do Cais do Valongo e do Sítio Roberto Burle Marx, e que o comitê de Paraty e Ilha Grande encontra-se em fase de finalização e retomada. Ressaltou ainda que outros sítios também demandam atenção, como o Rio: Paisagens Cariocas e a Pampulha, em estágios distintos de organização. Observou que, mesmo onde ainda não há comitês formalizados, já existem formas de governança que poderão ser aperfeiçoadas e profissionalizadas. Concluiu assegurando aos gestores dos sítios e dos municípios que todo o processo será conduzido com delicadeza, diálogo e alinhamento entre as áreas técnicas do IPHAN, a sociedade civil e as administrações municipais, de modo a garantir legitimidade e participação social. **A Senhora Viviane de Faria** agradeceu a intervenção da Senhora Jeanne, ressaltando a importância de sua fala para alinhar os participantes em relação aos temas discutidos na Assembleia da OCBPM realizada no dia anterior. Em seguida, passou a palavra à Senhora **Daniela Bittencourt da OCBPM**. **A Senhora Daniela Bittencourt** agradeceu a palavra e reforçou que a fala da Senhora Jeanne foi bastante pertinente, destacando que atualmente já existem cinco Centros de Interpretação em execução. Ressaltou que um dos pontos centrais do processo é o envolvimento das prefeituras e da comunidade local, considerando que o patrimônio, embora reconhecido e chancelado pelo IPHAN e pela UNESCO, também se constrói a partir das vivências das populações locais e dos povos originários. Enfatizou que a participação comunitária é fundamental para a construção da narrativa de cada centro, uma vez que, apesar de seguirem um modelo comum, cada sítio possui particularidades ligadas à sua história, colonização, população local, capacidade técnica e grau de maturidade para o desenvolvimento. Explicou que, para garantir a continuidade e independência dos centros, estão sendo desenvolvidos estudos de sustentabilidade, com o objetivo de estruturá-los como empresas sociais, reduzindo a dependência exclusiva de recursos externos. Concluiu reafirmando que os trabalhos estão em andamento conforme planejado, com forte envolvimento nos territórios e alinhamento com os objetivos inicialmente traçados para os Centros de Interpretação. **A Senhora Viviane de Faria** agradeceu a intervenção da Senhora Daniela e registrou a relevância do tema da sinalização turística, ressaltando que essa ação está vinculada ao projeto dos Centros de Interpretação e, até o momento, restrita aos sítios culturais e mistos. Questionou, por fim, de que forma se poderia pensar em uma expansão dessa iniciativa também para os sítios de patrimônio natural. **A Senhora Daniela Bittencourt** respondeu que foi realizado um levantamento nacional junto aos territórios e municípios, em parceria com o IPHAN e o BNDES, no qual 9 sítios de patrimônio manifestaram a necessidade de implantação da sinalização turística e patrimonial. Explicou que os primeiros sistemas já foram entregues aos nove municípios. Destacou como novidade a implementação de QR Codes acessíveis, que oferecem informações adicionais em texto, áudio e em Libras, ampliando o acesso para pessoas com deficiência. Acrescentou que, além disso, há um PRONAC em andamento para contemplar outros municípios de patrimônio histórico cultural que não haviam aderido ao projeto inicial com o BNDES, estando em curso negociações para a captação de recursos. Informou, contudo, que ainda não há perspectiva concreta de financiamento para a extensão da sinalização aos sítios de patrimônio natural, reconhecendo a relevância dessa demanda e sugerindo que ela seja incorporada como pauta futura de cooperação entre os órgãos envolvidos. **A Senhora Viviane de Faria** deu as boas-vindas à Senhora **Marta** e convidou-a a proferir breves

palavras. A Senhora Marta Feitosa, da OCBPM, agradeceu a palavra e complementou a intervenção da Senhora Daniela, informando que já se encontram aprovados na Lei Rouanet projetos de sinalização turística em sete sítios, com captação de recursos em andamento. Destacou que há empresas de lucro real interessadas, inclusive o BNDES, o que permitirá concluir a entrega da sinalização já prevista. Quanto ao patrimônio natural, afirmou que a pauta ainda está em fase de construção, com a busca de parceiros institucionais para sua viabilização. Lembrou que a pauta dos Centros de Interpretação e da sinalização turística foi construída em conjunto com o IPHAN, a partir de uma atuação articulada da OCBPM e da CNM junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), o que resultou em acórdão que fundamenta o trabalho atual do Comitê. Informou que, na primeira fase, foram entregues cerca de 770 placas de sinalização turística já implantadas nos municípios, ressaltando que não se tratou apenas da elaboração de projetos, mas da efetiva instalação da sinalização. Por fim, mencionou que a OCBPM está em tratativas com a Embratur para a construção de uma pauta de promoção e divulgação internacional dos sítios do Patrimônio Mundial, reforçando que as ações vêm sendo conduzidas de forma integrada e em consonância com as demandas apresentadas. **A Senhora Viviane de Faria** agradeceu a intervenção da Senhora Marta Feitosa, representante da OCBPM, e em seguida concedeu a palavra ao Senhor **Raul. O Senhor Raul** agradeceu a oportunidade de tratar da possibilidade de expansão da sinalização turística para os sítios de patrimônio natural, ressaltando a importância do tema já mencionado pela Senhora Marta Feitosa. Colocou-se à disposição como interlocutor para aprofundar essa discussão e informou que os Lençóis Maranhenses foram indicados como candidato prioritário para um projeto de sinalização. Acrescentou que o assunto já integra a pauta do acordo firmado recentemente com o Governo do Estado do Maranhão, durante cerimônia realizada em São Luís, destacando que se trata de um excelente caso para um projeto conjunto com os demais parceiros. **A Senhora Marta** manifestou entusiasmo em relação à proposta de cooperação e adiantou que a entidade já está desenvolvendo um novo projeto de sinalização turística rodoviária, voltado aos principais acessos aos sítios. Explicou que se trata de uma iniciativa robusta e interinstitucional, em fase de construção, que envolverá a articulação entre esferas municipais, estaduais e federais, com o objetivo de orientar os turistas desde as rodovias até os destinos de patrimônio. Concluiu dizendo que a proposta será detalhada oportunamente, após avanços na sua elaboração. **A Senhora Viviane de Faria** agradeceu as intervenções anteriores e registrou a presença da Senhora Natalete Oliveira da Silva, representante do Ministério da Cultura e membro do Comitê. Em seguida, passou ao próximo item da pauta, referente à apresentação da UNESCO, destacando que o objetivo seria compartilhar orientações, experiências e boas práticas internacionais relacionadas à gestão turística de bens do Patrimônio Mundial, bem como informar sobre oportunidades de cooperação técnica e financeira, incluindo o acesso ao Fundo do Patrimônio Mundial. Concedeu então a palavra ao Senhor Diogo Carvalho, representante da UNESCO. **4.) Apresentação da UNESCO: O Senhor Diogo**, iniciou sua apresentação destacando a importância da integração entre turismo e Patrimônio Mundial, apresentando a atuação da organização em nível global e no Brasil. Explicou que a UNESCO é uma agência especializada da ONU, criada em 1945, com mandato nas áreas de educação, cultura, ciências humanas, sociais e naturais, comunicação e informação, possuindo escritórios regionais em várias partes do mundo e um escritório nacional em Brasília. No campo do patrimônio cultural, mencionou as principais convenções internacionais, como a de 1972 (Patrimônio Mundial), a de 2003 (Patrimônio Imaterial), a de 2005 (Diversidade Cultural), além de instrumentos relacionados a museus, cultura e emergências. Ressaltou que o turismo sustentável constitui eixo central da aproximação entre cultura e turismo, articulando-se a várias dessas convenções. Informou que atualmente existem 1.248 sítios do Patrimônio Mundial no mundo, sendo 25 no Brasil (15 culturais, 9 naturais e 1 misto), incluindo a



recém-inscrita Cavernas do Peruaçu. Explicou que, no âmbito global, o Programa de Patrimônio Mundial e Turismo Sustentável é coordenado pelo Secretariado da Convenção de 1972 em Paris, com foco na integração do turismo sustentável aos esforços de preservação, comunicação e valorização do Valor Universal Excepcional dos sítios. Entre suas linhas de atuação, citou o desenvolvimento de políticas e estratégias para o turismo sustentável, a produção de ferramentas, guias e manuais de apoio, a promoção de capacitações (capacity building) para gestores, operadores e comunidades locais, além do incentivo à criação de circuitos culturais e temáticos. Destacou que a UNESCO já desenvolveu um conjunto de 10 guias sobre turismo sustentável no Patrimônio Mundial, disponíveis em inglês, e sugeriu que o Comitê considere a tradução para o português, a fim de ampliar o acesso de gestores, operadores e atores locais. Por fim, abordou o funcionamento do Fundo do Patrimônio Mundial, criado em 1977, que financia atividades do Comitê do Patrimônio Mundial, ações de monitoramento do estado de conservação e projetos específicos, sobretudo em casos de emergências que ameacem os sítios. Ressaltou, entretanto, que não identificou registros recentes de aprovação para a utilização desse fundo no Brasil. Ressaltou que qualquer articulação para acessar o fundo deve passar pela Comissão Nacional para a UNESCO e pela Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, em coordenação com o Instituto Guimarães Rosa (MRE). Destacou também a relevância da cooperação com o Centro Lúcio Costa, lembrando que o Brasil, por sua experiência acumulada, possui boas práticas capazes de contribuir para a cooperação Sul-Sul na área de patrimônio. Em seguida, chamou atenção para a crescente importância da questão climática e das emergências no planejamento das ações, mencionando o Fundo de Emergência do Patrimônio criado em 2015. Explicou que este fundo multidoador, financiado por contribuições voluntárias de Estados-membros e parceiros privados, já apoiou projetos no Brasil em 2024, como as ações emergenciais após as enchentes no Rio Grande do Sul (com apoio técnico para levantamento de danos e recuperação de acervos) e iniciativas em resposta aos incêndios florestais no Cerrado e no Pantanal, incluindo capacitação e equipagem de brigadas comunitárias, em cooperação com o ICMBio, Ibama e organizações da sociedade civil. Destacou que a cooperação técnica da UNESCO no Brasil busca fortalecer políticas públicas já existentes, em parceria com o governo brasileiro. Como exemplos, citou os projetos em andamento com o Ministério do Turismo, voltados ao turismo em sítios do Patrimônio Mundial, à economia criativa e ao afroturismo, incluindo a elaboração de um guia nacional, além da produção de insumos para a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso, para a promoção das Cidades Criativas e Destinos Turísticos Inteligentes e para serviços de apoio à visitação em Unidades de Conservação federais, algumas delas reconhecidas como sítios do Patrimônio Mundial. Destacou ainda o projeto em execução com o IPHAN, voltado a apoiar a descentralização e a gestão compartilhada no âmbito do novo PAC, fortalecendo a capacidade de atuação das superintendências, governos locais e sociedade civil. Ao tratar do projeto em execução com o IPHAN, o Senhor Diogo Carvalho explicou que a iniciativa visa apoiar a descentralização e a gestão compartilhada no âmbito do novo PAC, fortalecendo a atuação das superintendências, dos órgãos de patrimônio nos estados e municípios e de outros atores locais. Ressaltou que, em alguns dos municípios contemplados por obras do novo PAC, também reconhecidos como sítios do Patrimônio Mundial (São Luís – MA, Diamantina – MG, Ouro Preto – MG, Olinda – PE, São Cristóvão – SE, Salvador – BA), haverá um componente adicional de gestão e promoção da educação patrimonial, o que amplia a relevância do projeto. A expectativa, segundo destacou, é que ao final da execução seja possível não apenas fortalecer a gestão compartilhada, mas também ampliar a participação de diferentes atores, governos locais, sociedade civil e especialistas, emponderando-os para atuar conjuntamente em ações de preservação, promoção e educação patrimonial. Acrescentou que, dentro desses projetos, a UNESCO pretende fortalecer cada vez mais os componentes de gestão, apoiando o

Brasil tanto no aperfeiçoamento da gestão turística quanto no fortalecimento da gestão patrimonial, de modo a integrar de forma mais eficaz os diferentes entes envolvidos nos processos de preservação e promoção do patrimônio. Observou que tais projetos de cooperação nacional invariavelmente resultam na produção de guias, manuais e ferramentas úteis para o Brasil, ao mesmo tempo em que projetam o país internacionalmente como referência na geração de conhecimento e boas práticas em preservação e turismo sustentável. Como exemplo, citou o Guia de Afroturismo, já publicado no repositório da UNESCO, destacando que materiais dessa natureza poderiam ser traduzidos e difundidos mais amplamente. Finalizou ressaltando que a cultura e emergências se tornaram um eixo central de atuação da UNESCO, dada a crescente pressão da crise climática sobre os sítios do Patrimônio Mundial. Recordou que, em menos de dois anos, o Brasil contou com dois projetos financiados pelo Fundo de Emergência do Patrimônio, relacionados às enchentes no Rio Grande do Sul e aos incêndios no Cerrado e no Pantanal. Explicou que a UNESCO hoje organiza seu setor de cultura dentro da unidade “Cultura e Emergências”, reforçando que o enfrentamento a situações de risco será cada vez mais necessário para proteger os sítios e as comunidades locais, assegurando a preservação e a valorização de seu valor universal excepcional. Encerrando sua intervenção, agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para comentários e perguntas dos membros do Comitê. **A Senhora Viviane de Faria** agradeceu a participação do Diogo e passou a palavra ao Sr Raul. **O Senhor Raul** agradeceu a fala de Diogo Carvalho e destacou a relevância dos manuais do Programa de Turismo Sustentável do Patrimônio Mundial, que considera de grande potencial de aplicação no Brasil. Ressaltou que o ICMBio já compartilhou esse material com sua equipe técnica e que, antes de formalizar a sugestão de publicação de uma versão em português, considera importante alinhar institucionalmente os conteúdos do manual com as diretrizes de uso público e turismo sustentável do ICMBio. O Senhor Raul de Oliveira Fontoura agradeceu a fala de Diogo Carvalho e destacou a relevância dos manuais do Programa de Turismo Sustentável do Patrimônio Mundial, em especial o toolkit apresentado, que considera de grande potencial de aplicação no Brasil. Ressaltou que o ICMBio já compartilhou esse material com sua equipe técnica e que, antes de formalizar a sugestão de publicação de uma versão em português, considera importante alinhar institucionalmente os conteúdos do manual com as diretrizes de uso público e turismo sustentável do ICMBio. Em relação ao financiamento, observou que o Fundo do Patrimônio Mundial possui dimensão reduzida para a escala global, o que limita sua efetividade como fonte de recursos para projetos estruturantes no Brasil, já que tende a priorizar países em condições mais críticas. Nesse sentido, manifestou interesse em explorar alternativas, como os fundos nacionais de Patrimônio Mundial criados por alguns países. Citou o caso do fundo espanhol, que em 2019 financiou um projeto no Pantanal mato-grossense, embora sem pleno conhecimento dos resultados, e mencionou conversas recentes com a delegação da Holanda sobre a possibilidade de apoio do fundo holandês para projetos relacionados ao impacto do fogo em áreas úmidas. Ressaltou ainda a experiência com o Rapid Response Facility (RRF), um fundo privado voltado exclusivamente a emergências em patrimônio natural, que já foi acessado para a Chapada dos Veadeiros, em moldes semelhantes ao Fundo de Emergência do Patrimônio Mundial, permitindo respostas rápidas e eficazes em situações críticas. Finalizou sugerindo que o Comitê aprofunde a discussão sobre os fundos nacionais e privados como potenciais fontes de financiamento para projetos estruturantes ligados ao sistema de gestão turística dos sítios do Patrimônio Mundial no Brasil. **O Senhor Diogo Carvalho** concordou com a análise apresentada e reconheceu que o Fundo do Patrimônio Mundial possui recursos bastante limitados diante da alta demanda global, o que exige da UNESCO a priorização de sítios em situação de risco. Ressaltou, entretanto, que a organização está à disposição para apoiar a construção de alternativas e a busca de novos caminhos de financiamento, inclusive por meio dos

mecanismos de cooperação nacional. **A Senhora Viviane passou a palavra ao Sr Danilo representante do MRE.** O Senhor Danilo Vilela Bandeira agradeceu o convite para participação na reunião e informou que o Ministério das Relações Exteriores recebeu formalmente, dois dias antes, o convite para integrar o Comitê como membro permanente. Explicou que a tramitação interna dessa demanda já está em curso, uma vez que, por se tratar de um comitê formalmente estabelecido, há procedimentos específicos a serem cumpridos. Ressaltou, por fim, a importância da participação do MRE, destacando que a contribuição da pasta será enriquecedora para os debates e para a atuação do colegiado. **5.) Deliberações:** Após discussão, foi deliberada a realização do Seminário de Gestão Turística do Patrimônio Mundial nos dias 04 e 05 de novembro de 2025. O Senhor Raul de Oliveira Fontoura (ICMBio) manifestou a necessidade de consultar a Senhora Carla Guaitanele antes de confirmar seu posicionamento, solicitando adiar seu voto para o final. O Senhor Leonardo Rizzo (MCID) manifestou-se de acordo, seguido pelo Senhor Yure Sousa Lobo (EMBRATUR) e pelo Senhor Elton (MINC), que também aprovaram a data. Pela parte do MTur, a Senhora Viviane de Faria registrou voto favorável. Na sequência, a Senhora Viviane consultou os representantes da OCBPM, Mário Nascimento e Marta Feitosa, que confirmaram a viabilidade da data e informaram que darão andamento aos trâmites necessários. Retomada a palavra ao Senhor Raul, este reconheceu que já havia quórum suficiente e aprovação mínima para a deliberação, decidindo se abster, na condição de suplente, e registrar que o ICMBio se organizará internamente para garantir presença no evento. A Senhora Viviane solicitou ainda que o Senhor Raul verifique novamente a disponibilidade do Senhor Peter Debrine para participação nas novas datas aprovadas. **A Senhora Viviane de Faria** informou que restavam dois itens para deliberação. Submeteu à votação a proposta de convidar representante do Ministério da Cultura (MINC) para a próxima reunião, a fim de apresentar os trâmites e mecanismos de acesso à Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), bem como esclarecer as disposições do Decreto nº 11.453/2023. Também submeteu à apreciação a proposta de convidar a Senhora Luciane Gorgulho, representante do BNDES, para expor sobre as linhas de apoio e iniciativas do banco voltadas ao patrimônio cultural e natural. Foram colhidos os votos: o Senhor Yure Sousa Lobo (EMBRATUR), o Senhor Leonardo Rizzo de Melo e Souza (MCID), o Senhor Raul de Oliveira Fontoura (ICMBio), o Senhor Elton Gomes de Medeiros (MINC) e a própria Senhora Viviane de Faria (MTur) manifestaram-se favoravelmente. As propostas foram, portanto, aprovadas por unanimidade. **6.) Informes Gerais:** Na sequência, a Senhora Viviane informou que o Regimento Interno do Comitê foi publicado por meio da Resolução nº 1, de 21/07/2025, e encontra-se disponível na página institucional do Comitê no site do Ministério do Turismo. Sobre o Seminário/Oficina, destacou que estão em andamento as tratativas com a OCBPM relativas à logística e organização, e que, em breve, será submetida aos membros uma proposta de convidados e programação do evento, a fim de receber contribuições do colegiado. **O Senhor Raul de Oliveira (ICMBio)** registrou elogio à condução da reunião, destacando a excelência da Senhora Viviane de Faria na articulação dos trabalhos do Comitê como um todo. **A Senhora Viviane de Faria** agradeceu destacando o trabalho conjunto e informou que, devido ao adiantado da hora, a apresentação da EMBRATUR ocorrerá na reunião seguinte, juntamente com a fala dos demais membros, como item recorrente a partir da próxima reunião, a fim de atualizar o colegiado sobre as ações realizadas no trimestre anterior e aquelas previstas para o trimestre subsequente. Destacou também que será melhor dimensionado o tempo das reuniões, de acordo com a pauta. Em seguida, solicitou aos membros que reservassem em suas agendas a data da próxima reunião, prevista para **27 de novembro de 2025**, no período da tarde. **7.) Encerramento:** **A Senhora Viviane de Faria** na condição de Coordenadora do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, agradeceu a presença de todos os representantes, convidados e demais participantes e, por

consequente, declarou encerrada a 3ª Reunião Ordinária de 2025 do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial.

*(assinado eletronicamente)*

**VIVIANE DE FARIA**

Diretora do Departamento de Investimentos, Crédito, Parcerias e Concessões  
Coordenadora do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial  
[Em conformidade com D.O.U Seção 1 Pág 127 Resolução nº. 1, de 21 de julho de 2025](#)

Natalete Oliveira da Silva  
Ministério da Cultura - Titular

Leonardo Rizzo de Mello Souza  
Ministério das Cidades - Titular

Elton Gomes de Medeiros  
Ministério da Cultura - Suplente

Raul de Oliveira Fontoura  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Suplente

Andrey Rosenthal Schlee  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Titular

Juliana Izete Muniz Bezerra  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Suplente

Yure Sousa Lobo  
Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - Suplente



Documento assinado eletronicamente por **Viviane de Faria, Diretor(a)**, em 22/09/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **YURE SOUSA LOBO, Usuário Externo**, em 23/09/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Natalete Oliveira da Silva, Usuário Externo**, em 23/09/2025, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Rosenthal Schlee, Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Rizzo de Melo e Souza, Usuário Externo**, em 08/10/2025, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2621582** e o código CRC **6C03EB18**.

**Referência:** Processo nº 72031.000619/2025-24

SEI nº 2621582